

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS
DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LDC-SEV BIOENERGIA S.A.

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

LDC-SEV BIOENERGIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Elisa, na Rodovia Armando de Salles Oliveira, Km 346,3, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 49.213.747/0118-28, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

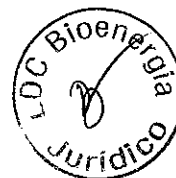
II. como fiadoras e principais pagadoras das Debêntures ("Fiadoras"):

USINA CONTINENTAL S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Colômbia, Estado de São Paulo, na Fazenda Continental, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 06.026.236/0001-83, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Continental"); e

LDC BIOENERGIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1355, 14º andar, conjunto 1402, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 15.527.906/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("LDC Bio");

III. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4.200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");



Handwritten signature.

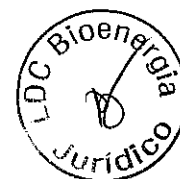
CONSIDERANDO QUE:

- (A) em 24 de outubro de 2009, a Companhia, a LDC-SEV S.A. ("LDC-SEV"), a LDC-Bio, a Continental, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("HSBC") e outras partes celebraram o "Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças", conforme alterado ("Contrato Global"), por meio do qual ajustaram, entre outras condições, o reperfilamento de determinadas dívidas da Companhia e da Continental;
- (B) o Contrato Global estabelece, entre outras condições, que as dívidas por meio dele reperfiladas serão formalizadas complementarmente por meio de instrumentos de dívida específicos;
- (C) em 31 de março de 2010, a LDC Bio incorporou a LDC-SEV, sucedendo-a em todos os direitos e obrigações, e
- (D) a Companhia, a LDC Bio, a Continental e os credores listados no Considerando A acima ajustaram que determinadas Dívidas Sujeitas à Reestruturação de titularidade de referidos credores serão (i) utilizadas para integralização das Debêntures (conforme adiante definidas), por meio de compensação ou dação em pagamento; ou (ii) quitadas por meio dos recursos recebidos em decorrência da presente oferta;

resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures, a Oferta (conforme definido abaixo) e a outorga das garantias prestadas nesta Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações tomadas na:
 - I. assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 12 de janeiro de 2010 ("AGE Companhia") e em 28 de junho 2011 ("AGE Companhia Ratificação");
 - II. assembleia geral extraordinária dos acionistas da LDC-SEV realizada em 12 de janeiro de 2010 ("AGE LDC-SEV");
 - III. assembleia geral extraordinária dos acionistas da Continental realizada em 12 de janeiro de 2010 ("AGE Continental") e em 28 de junho 2011 ("AGE Continental Ratificação"); e
 - IV. assembleia geral extraordinária dos acionistas da LDC Bio realizada em 13 de janeiro de 2010 ("AGE LDC Bio") e em 28 de junho 2011 ("AGE LDC Bio Ratificação").



JUCESP

DOESP

2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.*

(i) a ata da (a) AGE Companhia foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada em 16 de março de 2010 no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "A Cidade", da Cidade de Ribeirão Preto, e (b) AGE Companhia Ratificação foi arquivada perante a JUCESP e publicada em 16 de julho de 2011 no DOESP e no jornal "A Cidade", da Cidade de Ribeirão Preto, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas");

(ii) a ata da AGE LDC-SEV foi arquivada perante a JUCESP e publicada em 16 de março de 2010 no DOESP e no jornal "A Cidade", da Cidade de Ribeirão Preto, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades Anônimas;

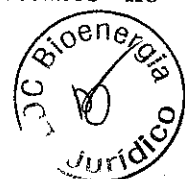
(iii) a ata da (a) AGE Continental foi arquivada perante a JUCESP, e (b) AGE Continental Ratificação foi arquivada perante a JUCESP e publicada em 16 de julho de 2011 no DOESP e no jornal "O Diário", da Cidade de Barretos, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades Anônimas; e

(iv) a ata da (a) AGE LDC Bio foi arquivada perante a JUCESP, e (b) AGE LDC Bio Ratificação foi arquivada perante a JUCESP e publicada em 16 de julho de 2011 no DOESP e no jornal "DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços", da Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades Anônimas;

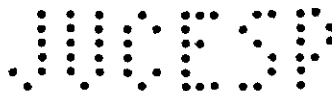
II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações;

III. *garantias reais.* As garantias reais representadas pelo Penhor de Ações Sev-Bio e Penhor de Ações Continental deverão ser registradas nos respectivos livros de registros de ações nominativas;

IV. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública com esforços restritos no



[Handwritten signature]

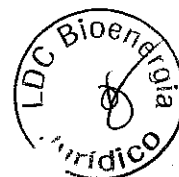


mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a negociação (observados os limites e restrições estabelecidos nesta Escritura de Emissão) liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e

- V. *dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Por se tratar de oferta pública com esforços restritos, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM n.º 476/09"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a (i) produção, o processamento, a distribuição e a comercialização de produtos rurais e agrícolas próprios ou adquiridos de terceiros; (ii) produção, o processamento, a industrialização, a distribuição e a comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados em estabelecimento próprio ou de terceiros; (iii) comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados em todo o território nacional ou no exterior e a venda de mudas de cana-de-açúcar; (iv) exportação, a importação e a comercialização de bens e mercadorias; (v) prestação de serviços rurais e transporte aquaviário; (vi) exploração das atividades agrícolas e pecuárias em terras próprias ou de terceiros; (vii) produção e a comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica; (viii) utilização do bagaço de cana-de-açúcar para produção de energia elétrica; (ix) exportação, a importação e a comercialização de derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis, graxas e álcool etílico hidratado; (x) elaboração de projetos agrícolas em geral; (xi) prestação de serviços de assessoria e assistência técnica à lavoura canavieira e demais atividades agrícolas, bem como a comercialização de técnicas agrícolas; (xii) exploração de atividades secundárias relacionadas ao açúcar, álcool, derivados de cana-de-açúcar, agricultura e pecuária; (xiii) desenvolvimento e a operação de estrutura logística; (xiv) participação no capital social de outras sociedades, cujo

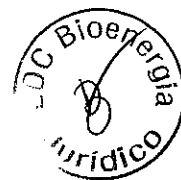


objeto social seja compreendido nas atividades acima ou tenha com elas relação direta; e (xv) gestão de participações societárias.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Observada a forma de integralização prevista na Cláusula 5.3 abaixo, o montante líquido obtido pela Companhia com a Oferta (conforme definido abaixo) será destinado para reperfilamento da dívida da Companhia junto aos subscritores das Debêntures, nos termos do Contrato Global, sendo que os recursos recebidos pela Companhia decorrentes da integralização das Debêntures em dinheiro deverão ser utilizados exclusivamente para liquidação do saldo devedor dos contratos listados abaixo:

- (i) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599252" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (ii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599220" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (iii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599233" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (iv) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599321" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (v) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599285" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (vi) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599333" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (vii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599376" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 6 de outubro de 2008;
- (viii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599201" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 6 de outubro de 2008;
- (ix) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599300" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (x) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599357" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xi) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599194" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 6 de outubro de 2008;
- (xii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599297" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;



JUL 09

- (xiii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599345" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xiv) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599319" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xv) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599261" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xvi) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599210" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xvii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599240" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xviii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 599360" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 7 de outubro de 2008;
- (xix) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603862" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xx) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603853" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxi) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603841" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603834" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxiii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603821" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxiv) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603810" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxv) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 603801" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 22 de outubro de 2008;
- (xxvi) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 569086" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 31 de março de 2008;
- (xxvii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 34558" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 19 de outubro de 2009;
- (xxviii) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 34556" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 19 de outubro de 2009;
- (xxix) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 34557" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 19 de outubro de 2009;



JILESP

(xxx) "Cédula de Produto Rural – CPR n.º 34604" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de outubro de 2009;

(xxxi) "Contrato de Capital de Giro – CCB n.º 1014.02370.46", celebrado em 30 de setembro de 2009 entre a Companhia e o HSBC;

(xxxii) "Contrato de Capital de Giro – CCB n.º 1014.02370.38" celebrado em 30 de setembro de 2009 entre a Companhia e o HSBC em 30 de setembro de 2009; e

(xxxiii) "Cédula de Crédito Bancário – Conta Garantida n.º 1911009-5" celebrado em 26 de fevereiro de 2007 entre a Companhia e o Bradesco.

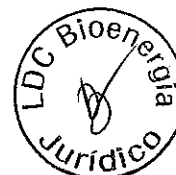
- 4.2 A Emissora declara que a dívida da Emissora a ser liquidada por meio da subscrição e integralização das Debêntures foi contraída com o objetivo de obter recursos para a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, dentre as atividades descritas em seu objeto social, em linha com o plano de negócios vigente na época.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação e Plano de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 ("Oferta") e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição e Integralização, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A." ("Contrato de Distribuição"), no limite previamente acordado de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Votorantim S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. e do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Coordenadores").

- 5.1.1 O plano de distribuição pública observará o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476/09, sendo que a Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

- 5.1.2 Nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 e da Instrução CVM n.º 476/09, "Investidores Qualificados" significam (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de



capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, bem como subscrevam ou adquiram, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); (v) fundos de investimento, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

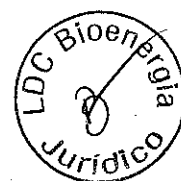
- 5.1.3 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.1.4 No ato de subscrição ou aquisição das Debêntures, conforme o caso, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando (a) estar ciente de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e na ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476/09, na Cláusula 5.4 desta Escritura de Emissão e no Contrato Global; (iii) as Debêntures somente poderão ser negociadas mediante o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e (iv) a presente Oferta é parte de uma operação de reestruturação de dívidas envolvendo a Companhia e as Fiadoras realizada nos termos do Contrato Global, sendo certo que (1) as garantias outorgadas às Debêntures e determinadas decisões que envolvam os Credores Reestruturados (incluindo os Debenturistas) estão sujeitas, respectivamente, aos compartilhamentos e às disposições previstas nos Acordos entre Credores (conforme definido abaixo), celebrados no âmbito da reestruturação de dívidas acima mencionada, e (2) tem conhecimento dos termos e condições do Contrato Global e dos Acordos entre Credores; (b) possuir conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos dos valores mobiliários ofertados, nos termos do artigo 11, inciso III da Instrução CVM n.º 476/09; e (c) haver recebido todas as informações necessárias para a tomada de decisão de subscrição e integralização das Debêntures. Por meio da referida declaração, os Investidores Qualificados manifestarão sua concordância expressa a todos os termos e condições da Escritura de Emissão.
- 5.2 *Preço e Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva subscrição e integralização, na forma estabelecida na Cláusula 5.3 abaixo.

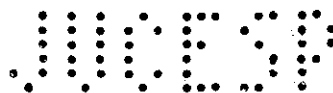
JUNE 9

- 5.3 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio da CETIP. O pagamento do preço de subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), mediante (i) pagamento em dinheiro; ou (ii) compensação com ou dação em pagamento de créditos de titularidade dos subscritores contra a Companhia (por ser devedora principal ou garantidora de tais créditos), pelo valor do saldo devedor do principal acrescidos de juros ou outros encargos devidos do respectivo crédito na Data de Integralização ("Créditos").
- 5.3.1 Fica desde já certo e ajustado que caso os Créditos do respectivo Debenturista sejam insuficientes para integralizar as Debêntures subscritas, o saldo para referida integralização deverá ser realizado mediante o pagamento em dinheiro e fora do âmbito da CETIP diretamente entre as partes.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND, e somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados; (ii) após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476/09; (iii) mediante o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e (iv) observadas as restrições e exceções previstas no Contrato Global, cabendo a instituição intermediária a observância dos itens "i" a "iii" acima.

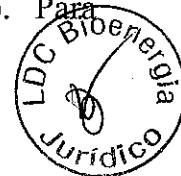
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

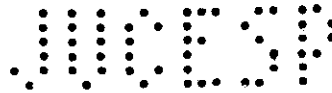
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Oferta será de até R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 6.000.000 (seis milhões) de Debêntures, sendo que eventual saldo de Debêntures não subscritas será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de protocolo da comunicação sobre o encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, para refletir o efetivo Valor Total da Emissão.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100,00 (cem reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.





- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestadora de serviços de escrituração ("Agente Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. Os serviços de banco mandatário serão prestados pelo Itaú Unibanco S.A. ("Banco Mandatário").
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures (i) são garantidas pelas Fiadoras nos termos da Cláusula 6.10.1 abaixo, e (ii) são garantidas pelas Garantias Pendentes de Registro, a serem formalizadas nos termos previstos nesta Escritura de Emissão; e (iii) serão garantidas (ou poderão vir a ser garantidas, conforme o caso) pelas Garantias Adicionais nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.9 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 26 de outubro de 2009 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Garantias.*
- 6.10.1 *Fiança.* As Fiadoras, neste ato, obrigam-se solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 360, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança"). Para





os fins do disposto nesta Cláusula, a Companhia obriga-se a registrar esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em até 60 (sessenta) dias contados da sua respectiva assinatura, nos cartórios de registro de títulos e documentos (a) das Comarcas de São Paulo, Colômbia e Sertãozinho, todas no Estado de São Paulo; e (b) da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

- 6.10.1.1 A Fiança poderá ser excutida e exigida das Fiadoras pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Debêntures.
- 6.10.1.2 A Fiança entrará em vigor nesta data e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão.
- 6.10.1.3 As Fiadoras deverão pagar o montante relativo às obrigações assumidas pela Companhia no âmbito desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Companhia, hipótese em que o valor deverá ser pago em até 1 (um) Dia Útil da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Companhia venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas no âmbito das Debêntures, sendo que os pagamentos que forem realizados pelas Fiadoras serão feitos fora do âmbito da CETIP.
- 6.10.1.4 Observadas as disposições do Contrato Global e desta Escritura de Emissão, as Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada.
- 6.10.2 *Penhor de Ações SEV Bio.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a LDC-SEV (incorporada pela LDC Bio), pelo "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Santelisa Vale Bioenergia S.A." ("Contrato de Penhor de Ações SEV Bio"), celebrado em 26 de outubro de 2009 entre a LDC-SEV, os Credores da Dívida Alongada, a Companhia, a Continental e a LDC Bio, como interveniente, e o Agente Local, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por

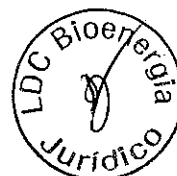


LDC Bioenergia

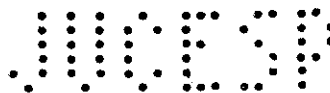
Ações, e dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, constituiu penhor em favor dos Credores da Dívida Alongada, incluindo os Debenturistas ("Penhor de Ações SEV Bio"), sobre:

- I. 12.316.021.918 (doze bilhões trezentos e dezesseis milhões vinte e uma mil novecentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, de titularidade da LDC-SEV (incorporada pela LDC Bio), as quais encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais representativas de, aproximadamente, 99,66% (noventa e nove inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do capital social votante da Companhia;
- II. quaisquer ações emitidas em substituição às referidas ações, incluindo aquelas emitidas em decorrência de desdobramentos e/ou grupamentos, emitidas em decorrência de bonificações de ações ou emitidas por uma sucessora da Companhia em decorrência de uma operação societária envolvendo a Companhia não proibida nos termos do Contrato Global e dos demais Documentos da Reestruturação ("Ações SEV Bio Empenhadas"); e
- III. todos os direitos relativos aos incisos anteriores (exceto o direito de voto), incluindo o direito ao recebimento de (a) lucros ou dividendos em dinheiro, ações ou qualquer outra forma; e (b) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

6.10.2.1 O Penhor de Ações SEV Bio, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após a averbação do Penhor de Ações SEV Bio no livro de registro de ações nominativas da Companhia.



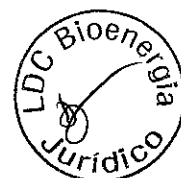
J.



6.10.2.2 Não obstante o previsto na Cláusula 6.10.2.1 acima, a Companhia obriga-se a registrar o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Santa Lisa Vale Bioenergia S.A." celebrado nesta data e incluindo expressamente as Debêntures como obrigações garantidas (juntamente com as demais obrigações garantidas nos termos do Contrato Global) e os Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário) como credores, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).

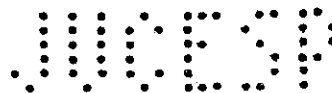
6.10.3 *Penhor de Ações Continental.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia e a LDC Bio, pelo "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Usina Continental S.A." ("Contrato de Penhor de Ações Continental"), celebrado nesta data entre a Companhia, LDC Bio, os Credores da Dívida Alongada, o Agente Fiduciário, a Continental, como interveniente, e o Agente Local, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, constituíram penhor em favor dos Credores da Dívida Alongada, incluindo os Debenturistas ("Penhor de Ações Continental" e, em conjunto com o Penhor de Ações Sev-Bio, simplesmente "Garantias Iniciais"), sobre:

- I. 94.219.989 (noventa e quatro milhões duzentas e dezenove mil novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Continental de titularidade da Companhia e da LDC Bio, as quais encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Continental ("Ações Continental"), sendo certo que referido percentual de Ações Continental empenhadas deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência do Contrato de Penhor de Ações Continental;



[Handwritten signature]

- II. quaisquer ações emitidas em substituição às referidas ações, incluindo aquelas emitidas em decorrência de desdobramentos e/ou grupamentos, emitidas em decorrência de bonificações de ações ou emitidas por uma sucessora da Continental em decorrência de uma operação societária envolvendo a Continental não proibida nos termos do Contrato Global e dos demais Documentos da Reestruturação (em conjunto com Ações Continental, simplesmente "Ações Continental Empenhadas"); e
- III. todos os direitos relativos aos incisos anteriores (exceto o direito de voto), incluindo o direito ao recebimento de (a) lucros ou dividendos em dinheiro, ações ou qualquer outra forma; e (b) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.10.3.1 O Penhor de Ações Continental, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após a averbação do Penhor de Ações Continental no livro de registro de ações nominativas da Continental.
- 6.10.3.2 Não obstante o previsto na Cláusula 6.10.3.1 acima, a Companhia obriga-se a registrar o Contrato de Penhor de Ações Continental nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).
- 6.10.4 *Garantias Pendentes de Registro.* A Companhia e as Fiadoras, em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, celebrou, nesta data, determinados contratos de garantia nos termos das Cláusulas 6.10.5 a 6.10.8 abaixo ("Garantias Pendentes de Registro"), que ainda se encontram pendentes de registro ou averbação para sua correta formalização. Desta forma, a Companhia e as Fiadoras obrigam-se a registrar ou averbar, conforme o caso, as Garantias Pendentes de Registro nos competentes cartórios, nos prazos e termos constantes em cada um dos respectivos instrumentos de constituição de cada uma das Garantias Pendentes de Registro.
- 6.10.5 *Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Resgate.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia e a LDC-SEV (incorporada pela LDC Bio), pelo "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios Bancários" ("Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Resgate")



celebrado em 26 de outubro de 2009 entre a Companhia, a LDC-SEV, os Credores da Conversão, e o Agente Local, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B, parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e do Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, cederam e transferiram fiduciariamente aos Credores da Conversão, incluindo os Debenturistas ("Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Resgate"):

- I. o direito ao recebimento de 100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos decorrentes da alienação de quaisquer dos Ativos de Resgate; e
- II. 100% (cem por cento) dos créditos de titularidade da Companhia e da LDC Bio contra o Bradesco pelos Recursos Líquidos creditados na conta corrente de titularidade da (i) LDC SEV (incorporada pela LDC Bio), n.º 15.950-6, da agência n.º 2042-7, e (ii) da Companhia, n.º 255-0, da agência n.º 2042-7, ou outras que vierem a substituí-las (em conjunto, "Contas Vinculadas"), independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária.

6.10.5.1 A Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Resgate, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz contra terceiros, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após o registro do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios Bancários" celebrado nesta data e incluindo expressamente as Debêntures como obrigações garantidas (juntamente com as demais obrigações garantidas nos termos do Contrato Global) e os Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário) como credores, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).



J.

- 6.10.6 *Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia e a LDC Bio celebraram, nesta data, o "Instrumento Particular de Constituição de Penhor sobre Direitos Creditórios" ("Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida") dando em penhor determinados (i) direitos creditórios decorrentes de vendas de álcool etílico anidro carburante e álcool etílico hidratado carburante, energia elétrica e açúcar; e (ii) créditos e direitos creditórios de titularidade da Companhia e/ou da LDC Bio ("Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida").
- 6.10.6.1 O Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz contra terceiros, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após o registro do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).
- 6.10.6.2 A Companhia, a LDC Bio e a Continental obrigam-se a ratificar em até 90 (noventa) dias contados da presente data, em assembleia geral extraordinária convocada para este fim, a constituição das garantias nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada Dívida.
- 6.10.7 *Penhor de Equipamentos.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia e a Continental celebraram, nesta data, o "Instrumento Particular de Constituição de Penhor sobre Equipamentos" ("Contrato de Penhor de Equipamentos") dando em penhor determinadas máquinas e equipamentos de sua propriedade listados no Contrato de Penhor de Equipamentos ("Penhor de Equipamentos").
- 6.10.7.1 O Penhor de Equipamentos, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz contra terceiros, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após o registro do Contrato de Penhor de Equipamentos nos competentes cartórios e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).

6.10.7.2 A Companhia, a LDC Bio e a Continental obrigam-se a ratificar em até 90 (noventa) dias contados da presente data, em assembleia geral extraordinária convocada para este fim, a constituição das garantias nos termos do Contrato de Penhor de Equipamentos.

6.10.8 *Penhor de Ações CNAA*. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, será constituído penhor sobre as ações de emissão da Companhia Nacional de Açúcar e Alcool ("CNAA"), de titularidade da LDC Bio, a ser formalizado por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Companhia Nacional de Açúcar e Alcool" ("Contrato de Penhor de Ações CNAA"), celebrado nesta data entre a LDC Bio, os Credores da Conversão, o Agente Fiduciário, a CNAA, a Continental e a Companhia, como intervenientes, e o Agente Local, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, constituirão penhor em favor dos Credores da Dívida Alongada, incluindo os Debenturistas ("Penhor de Ações CNAA"), sobre:

- I. 148.232.850 (cento e quarenta e oito milhões duzentas e trinta e duas mil oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da CNAA de titularidade da Outorgante, representativas de, aproximadamente, 3% (três por cento) do capital social votante da CNAA ("Ações CNAA"), sendo certo que referido percentual de Ações CNAA empenhadas deverá ser mantido durante todo prazo de vigência deste Contrato de Penhor de Ações CNAA;
- II. quaisquer ações emitidas em substituição às referidas ações, incluindo aquelas emitidas em decorrência de desdobramentos e/ou grupamentos, emitidas em decorrência de bonificações de ações ou emitidas por uma sucessora da CNAA em decorrência de uma operação societária envolvendo a CNAA não proibida nos termos do Contrato Global e dos demais Documentos das Obrigações (em conjunto com Ações CNAA, simplesmente "Ações Empenhadas"); e
- III. todos os direitos relativos aos incisos anteriores (exceto o direito de voto), incluindo o direito ao recebimento de (a) lucros ou dividendos em dinheiro, ações ou qualquer outra forma; e (b) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

6.10.8.1 O Penhor de Ações CNAA, relativamente às Debêntures, tornar-se-á eficaz, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, após a averbação do Penhor de Ações CNAA no livro de Registro de Ações Nominativas da CNAA.

- 6.10.8.2 Não obstante o previsto na Cláusula 6.10.8.1 acima, a Companhia obriga-se a registrar o Contrato de Penhor de Ações CNAA nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e nos prazos previstos em referido instrumento, sendo que cópias autenticadas das vias devidamente registradas deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da presente data (observadas eventuais prorrogações nos termos de tal instrumento).
- 6.10.9 *Promessa de Constituição das Garantias Adicionais.* A Companhia e as Fiadoras, em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, neste ato, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a constituir ou fazer com que sejam constituídos, observados os prazos e as condições do Contrato Global, as garantias adicionais mencionadas nas cláusulas abaixo.
- 6.10.10 *Hipotecas.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia constituirá hipoteca sobre os imóveis de sua propriedade listados no Anexo 6.10.10.1(i), formalizadas por meio de escrituras públicas de constituição de garantia hipotecária a serem celebradas substancialmente nos termos das minutas constantes dos Anexos 6.10.10.1(ii) e 6.10.10.1 (iii) ("Hipotecas"). Para os fins desta Cláusula, as Hipotecas deverão ser constituídas no menor prazo possível, sendo que (i) a lavratura das escrituras das Hipotecas deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir desta data, e (ii) a comprovação da averbação da respectiva Hipoteca deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da respectiva lavratura da escritura de Hipoteca.
- 6.10.11 *Alienação Fiduciária de Participação Acionária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão relativamente às Debêntures, a Companhia realizará esforços para constituir alienação fiduciária sobre a totalidade de ações de emissão da Tropical Bioenergia S.A. de titularidade da Companhia, a qual será formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações de Emissão de Tropical Bioenergia S.A.", a ser celebrado substancialmente nos termos do Anexo 6.10.11 ("Alienação Fiduciária de Participação Acionária") e, em conjunto com as Hipotecas, "Garantias Adicionais"; e as Garantias Iniciais em conjunto com Garantias Pendentes de Registro e as Garantias Adicionais, simplesmente "Garantias"). Fica acordado que a Alienação Fiduciária de Participação Acionária depende de aprovações de terceiros que poderão não ser obtidas pela Companhia e, desta forma, tal Garantia Adicional poderá não vir a ser constituída. Caso referida aprovação seja obtida, a Companhia

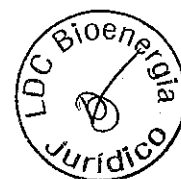
JUCESP

se obriga a celebrar o contrato da Alienação Fiduciária de Participação Acionária em até 15 (quinze) dias contados da data de obtenção de referida aprovação.

06 09 11

- 6.10.12 A eventual liberação das Garantias deverá obedecer aos procedimentos previstos no Contrato Global, e, conforme o caso, o eventual produto da excussão de qualquer uma das Garantias será compartilhado entre os Debenturistas e demais Credores Reestruturados, conforme disposto no "Contrato entre Credores da Dívida Alongada de Santelisa Vale Bioenergia S.A. e Usina Continental S.A. Signatários do Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças", e no "Contrato entre Credores da Conversão de Santelisa Vale Bioenergia S.A. e Usina Continental S.A. Signatários do Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças", celebrados em 26 de outubro de 2009, conforme alterados ("Acordos entre Credores").
- 6.11 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, a data de vencimento das Debêntures será 10 de julho de 2024 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Companhia obriga-se a liquidar a totalidade das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento da referida Remuneração imediatamente anterior.
- 6.12 *Pagamento do Valor Nominal Unitário/Amortização Programada.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 11 (onze) parcelas anuais e sucessivas, sendo 10 (dez) parcelas representando 9,0900% e a última parcela representando 9,1000% do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável (cada uma, uma "Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário"), conforme tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
10 de julho de 2014	9,0900%
10 de julho de 2015	9,0900%
10 de julho de 2016	9,0900%
10 de julho de 2017	9,0900%
10 de julho de 2018	9,0900%
10 de julho de 2019	9,0900%
10 de julho de 2020	9,0900%
10 de julho de 2021	9,0900%



JUL 2022

10 de julho de 2022	9,0900%
10 de julho de 2023	9,0900%
10 de julho de 2024	9,1000%

- 6.13 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% (cem por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia *over extra grupo*, conforme calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("*Taxa DI*"), acrescida de 1,72% (um inteiro e setenta e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("*Remuneração*"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde (i) a Data de Emissão até a primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo); e (ii) a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo, sendo que o rendimento das Debêntures devido desde a Data de Emissão até 10 de julho de 2011 será incorporado ao Valor Nominal Unitário, cujo valor ajustado será a nova base para incidência da Remuneração das Debêntures para os próximos períodos de capitalização:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

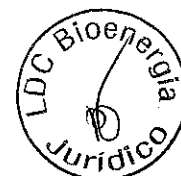
onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$



JUCESP

06 09 11

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

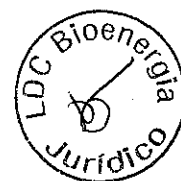
DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1,7200;



JUL 59

DP = É o número de Dias Úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

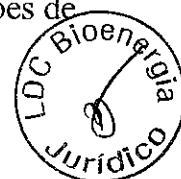
O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

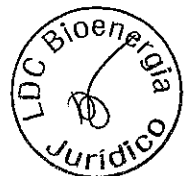
- 6.13.1 A Remuneração será devida semestralmente, com o primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2012, até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). A Remuneração calculada desde a Data de Emissão, ou seja, 26 de outubro de 2009 até 10 julho de 2011 será incorporada ao Valor Nominal Unitário nesta última data. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia (i) em 26 de outubro de 2009, e termina em 10 de julho de 2011, no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) em todo dia 10 dos meses de julho e janeiro dos próximos anos. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
- 6.13.2 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.13.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.13.3 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, em substituição à Taxa DI, automaticamente será utilizada 100% (cem por cento) da Taxa SELIC. Para fins desta Cláusula, "Taxa SELIC" significa a taxa média ponderada e ajustada das operações de



DOESP
16 09 11

financiamento por 1 (um) dia lastreadas em títulos públicos federais no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, na forma de operações compromissadas.

- 6.14 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.15 *Resgate Antecipado, Amortização Antecipada e Aquisição Facultativa.*
- 6.15.1 *Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa.* A qualquer tempo, mediante (i) envio de aviso prévio ao Agente Fiduciário com 60 (sessenta) dias de antecedência da data que pretende realizar referidos resgate ou amortização, nos termos da Cláusula 6.23 abaixo; e (ii) publicação de "Aviso aos Debenturistas" no DOESP e no jornal "A Cidade", da Cidade de Ribeirão Preto, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o disposto na Cláusula 6.15.3 abaixo. Deverá constar da notificação prévia e do "Aviso aos Debenturistas", (i) a data do resgate antecipado das Debêntures ou da amortização antecipada; (ii) o valor que será pago pela Companhia (constando o valor devido na data de publicação do Aviso aos Debenturistas e uma previsão do valor a ser pago na data do resgate); e (iii) qualquer outra informação necessária à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures ou da amortização antecipada.
- 6.15.2 *Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Antecipada Obrigatória.* Observados os termos e condições previstos no Contrato Global, mediante a ocorrência de qualquer um dos eventos listados a seguir, a Companhia deverá cumprir o disposto na Cláusula 6.15.3 abaixo: (i) realização de uma Oferta Inicial ou Oferta Pública Subsequente; (ii) no caso de haver Recursos Disponíveis para Pagamento Antecipado Obrigatório ou Recursos Disponíveis para Pagamento Antecipado Obrigatório Após a Oferta Inicial, sendo que tais pagamentos deverão ser realizados em até 10 (dez) dias contados das suas respectivas Datas de Apuração, sendo que todas as Debêntures serão resgatadas ou amortizadas na mesma data; (iii) venda de Ativos de Resgate ou recebimento de recursos decorrentes da venda de Ativos de Resgate, caso todas as Ações Preferenciais tenham sido resgatadas ou convertidas em Ações Ordinárias SEV (ainda que em decorrência de uma Oferta Inicial), e ainda existam Ativos de Resgate não alienados ou recursos a receber por conta de Ativos de Resgate alienados e ainda não pagos; e (iv) na ocorrência do disposto no item 1.13 do Anexo 13.1 ao Contrato Global, constante desta Escritura de Emissão como Anexo 6.15.2.



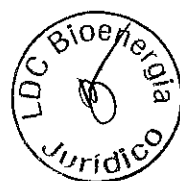
JUN 19 11

6.15.3 Em qualquer caso de resgate antecipado das Debêntures ou amortização antecipada do Valor Nominal Unitário, a Companhia poderá optar entre realizar:

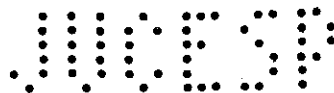
- I. o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação (não sendo permitidos resgates parciais), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou último pagamento até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- II. uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do valor correspondente a um percentual, definido a exclusivo critério da Companhia, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, a ser amortizado, (i) acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou último pagamento até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; e (ii) pago do último para o primeiro vencimento das Debêntures, de forma a reduzir o prazo de vencimento das Debêntures e por consequência, a exclusão das parcelas de juros devidas no período ora reduzido. Tais alterações serão formalizadas em assembléia geral dos debenturistas com posterior aditamento desta Escritura de Emissão. Os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as debêntures em mercado primário e/ou secundário, anuem de forma irrevogável e irretratável sobre a redução do prazo da emissão das debêntures em função da realização de evento de amortização antecipada. A amortização deverá acontecer de forma que todos os Debenturistas sejam contemplados de forma idêntica e limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário.
- III. Caso aconteça o Resgate Antecipado, a CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, sendo certo que nos casos de Resgate Antecipado Obrigatório o Agente Fiduciário deverá ser informado com 3 (três) Dias Úteis de antecedência pela Companhia.

6.15.4 O Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa somente poderá ocorrer em uma Data de Pagamento do Principal e/ou Data de Pagamento de Juros, conforme o procedimento acima.

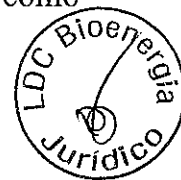
[Handwritten signature]

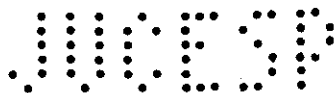


- 6.15.5 *Aquisição Facultativa.* Observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras de pagamento antecipado previstas no Contrato Global, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço igual ou inferior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.16 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, além das despesas razoáveis e usuais incorridas para a cobrança e remuneração dos honorários advocatícios ("Encargos Moratórios").
- 6.17 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.18 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia na data de seu referido vencimento, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou, ainda, por meio do Agente Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.



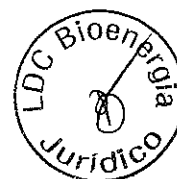
- 6.19 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Escriturador, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.20 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.
- 6.21 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescidos da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. não pagamento, pela Companhia e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;
 - II. descumprimento, pela Companhia, por qualquer das Fiadoras ou por qualquer das Subsidiárias, de quaisquer de suas respectivas obrigações previstas nas seguintes Cláusulas do Contrato Global: (i) Cláusula 4.6 (Direitos de Aprovação Prévia SEV); (ii) Cláusula 4.7 (Direitos de Aprovação Prévia Sev-Bio); (iii) Cláusula V (Direitos e Obrigações dos Acionistas Preferencialistas); (iv) Cláusula VI (Resgate de Ações Preferenciais); (v) Cláusula 7.5 (Pagamento Antecipado Obrigatório); (vi) Cláusula 8.7.3 (Novas Garantias); (vii) Cláusula 9.3 (Recursos decorrentes da Oferta Pública); (viii) Cláusula 9.4 (Restrições a Ofertas Públicas); (xi) Cláusula 9.5 (Oferta Inicial Pós Opção de Venda SEV); e (x) Cláusula 10.1.4 (Conversão Obrigatória); e nos itens 1.1.3, 1.7, 1.8, 1.9, 1.13 e 1.21 do Anexo 13.1 ao Contrato Global, constante desta Escritura de Emissão como





Anexo 6.15.2, observado que para os fins desta Cláusula também será considerado descumprimento das disposições aqui mencionadas os atos ou omissões da Companhia, das Fiadoras ou das Subsidiárias que impeçam, restrinjam ou dificultem o exercício dos direitos dos Debenturistas ali previstos;

- III. descumprimento, pela Companhia, de quaisquer dos Índices e Limites previstos na Cláusula 1.11 do Anexo 13.1 ao Contrato Global, constante desta Escritura de Emissão como Anexo 6.15.2, observado que, durante o Período de Carência de Principal, os descumprimentos referentes aos índices de Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira não serão considerados vencimento antecipado caso a Companhia demonstre atendimento a tais Índices e Limites ao término do semestre imediatamente subsequente, considerando-se o período de 12 (doze) meses imediatamente anterior;
- IV. descumprimento, pela Companhia, por qualquer das Fiadoras ou por qualquer das Subsidiárias, de quaisquer de suas respectivas obrigações de pagamento previstas na Cláusula 10.2 (Opção de Venda SEV) do Contrato Global; sendo certo que o não pagamento do Preço de Exercício da Opção de Venda SEV em virtude de insuficiência de Recursos Disponíveis para Pagamento da Opção de Venda SEV ou por insuficiência de reservas não acarretará o vencimento antecipado desde que observado o disposto na Cláusula 10.2.9 do Contrato Global;
- V. descumprimento, pela Companhia, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer das Subsidiárias, de suas obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, no Contrato Global ou nos Contratos Financeiros que, se passível de cura, (i) não tenha sido devidamente sanada no respectivo prazo de cura específico; ou (ii) em não havendo prazo de cura específico, não tenha sido devidamente sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário, conforme aplicável, de comunicação escrita neste sentido enviada (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro; sendo certo que o disposto neste inciso não se aplica aos incisos I ou II ou a qualquer outro evento expressamente previsto nas cláusulas abaixo;



JLDC

- VI. caso quaisquer das declarações da Companhia e/ou das Fiadoras prestadas nos termos da Cláusula 10 desta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia sejam inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante na data em que forem feitas ou consideradas como tendo sido feitas;
- VII. caso qualquer das Garantias seja objeto de questionamento judicial pela Companhia, por qualquer das Fiadoras ou por qualquer das Subsidiárias, ressalvados questionamentos relacionados a eventuais descumprimentos pelos Debenturistas em liberar as Garantias nos termos do Contrato Global e desta Escritura de Emissão;
- VIII. caso qualquer das Garantias (i) seja objeto de questionamento judicial por terceiros com obtenção de ordem ou medida judicial que afete o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos sobre tais Garantias, ou (ii) seja anulada ou de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida e, em qualquer desses casos (a) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que a ordem ou medida judicial for proferida ou da ocorrência de quaisquer dos atos mencionados no item "i" acima, conforme o caso, referida ordem ou medida judicial não tenha sido integral e incondicionalmente revertida ou reconsiderada, ou a Garantia afetada não tenha sido integral e incondicionalmente reinstituída nos mesmos termos em que fora originalmente constituída; e (b) caso a obrigação prevista no item "ii", alínea "a" acima não tenha sido cumprida, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data de término do prazo previsto na mesma alínea (a) acima a Garantia afetada não tenha sido substituída por outra aprovada por Credores Reestruturados representando 51% (cinquenta e um por cento) da Dívida Sujeita à Reestruturação, observado que o disposto neste inciso não se aplicará: (i) nos primeiros 6 (seis) meses contados a partir de 26 de outubro de 2009, com relação a Garantias avaliadas em até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme demonstrado no Laudo de Avaliação das Garantias; (ii) após o prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de Principal, com relação a Garantias avaliadas em até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme demonstrado no Laudo de Avaliação das Garantias, e (iii) a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, com relação a Garantias avaliadas em até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme demonstrado no Laudo de Avaliação das Garantias;



P.

- IX. (i) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias; (ii) decretação de falência ou insolvência da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias; (iii) pedido de autofalência ou de insolvência formulado pela Companhia, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer das Subsidiárias; (iv) pedido de falência ou insolvência da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, formulado por terceiros, desde que não seja elidido no prazo legal; (v) pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer das Subsidiárias;
- X. inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, para com qualquer dos Credores Reestruturados (incluindo os Debenturistas) e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, com qualquer dos Debenturistas;
- XI. protesto de títulos contra a Companhia, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer das Subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 6 (seis) meses contados a partir de 26 de outubro de 2009; ou (ii) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de Principal; ou (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, em qualquer caso exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto for sustado ou cancelado;
- XII. ajuizamento, contra a Companhia, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer das Subsidiárias, de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 6 (seis) meses contados a partir de 26 outubro de 2009; ou (ii) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de

Principal; ou (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo ajuizamento, tiver sido comprovado que o pagamento foi garantido em juízo;

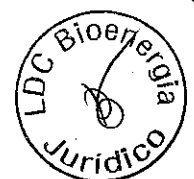
- XIII. inadimplemento no pagamento de qualquer obrigação financeira da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 6 (seis) meses contados a partir de 26 de outubro de 2009; ou (ii) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de Principal; ou (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, exceto por aqueles inadimplementos que estejam sendo questionadas judicialmente e no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento tiver sido comprovado que o pagamento foi integralmente garantido em juízo;
- XIV. não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Companhia, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer das Subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 6 (seis) meses contados a partir de 26 de outubro de 2009; ou (ii) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de Principal; ou (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da intimação e enquanto assim permanecer suspensa;
- XV. arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 6 (seis) meses contados a partir de 26 de outubro de 2009; ou (ii) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, a partir do término do prazo previsto no item "i" acima e até o término do Período de Carência de Principal; ou (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras

JUL 92

moedas, a partir do término do prazo previsto no item "ii" acima, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo arresto ou penhora, tiver sido comprovado que (a) o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia; ou (b) tiver sido comprovado que tal medida não afeta a capacidade da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos Financeiros ou de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia previstas no Contrato Global, sendo certo entretanto que o disposto neste inciso não se aplica às hipóteses previstas no inciso IV acima; e

XVI. concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei n.º 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Companhia, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer das Subsidiárias, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva concessão, tiver sido comprovado que tal medida não afeta a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos Financeiros ou de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia previstas no Contrato Global.

- 6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.21 acima, incisos VII e IX, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas.
- 6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), e observado o disposto na cláusula abaixo, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação pela assembleia de Credores Reestruturados nos termos do Contrato Global, à qual deverão comparecer os Debenturistas e o Agente Fiduciário, o qual se compromete a tomar todas as medidas cabíveis para executar as deliberações tomadas nas assembleias de Credores Reestruturados aplicáveis às Debêntures.
- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso da Cláusula 6.21 acima, inciso I, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos



termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento, antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso aconteça o efetivo pagamento pela ocasião do vencimento antecipado das Debêntures, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência.

- 6.21.4 Com relação aos incisos VIII, XI, XII, XIII, XIV e XV da Cláusula 6.21 acima, fica desde já certo e ajustado que (a) os valores mencionados nas alíneas (i), (ii) e (iii) de cada um dos respectivos incisos serão corrigidos anualmente a partir de 26 de outubro de 2009 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e (b) referidos valores somente serão aplicáveis por questionamentos, medidas ou ordens judiciais, anulações, protestos de títulos, inadimplementos de obrigações financeiras, descumprimentos de obrigações judiciais, arresto, sequestro ou penhora de bens promovidos, realizados ou ajuizadas por qualquer credor ou parte que não seja um credor financeiro.
- 6.21.5 Com relação aos processos tributários indicados no Anexo 6.21.5 a esta Escritura de Emissão, bem como quaisquer de seus desdobramentos (tais como medidas cautelares e execuções fiscais) ("Processos IPI Excetuados"):
- (i) os valores decorrentes das dívidas relacionadas aos Processos IPI Excetuados que devam ser registrados na contabilidade da Companhia e/ou da Continental, não serão considerados para efeito de cálculo dos índices previstos nesta Cláusula; e
 - (ii) os eventos previstos na Cláusula 6.21 acima, incisos VIII, XII, XV e XVI, quando decorrentes dos Processos IPI Excetuados, não constituirão hipóteses de vencimento antecipado.
- 6.22 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Oferta que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOESP e no jornal "A Cidade", da Cidade Ribeirão Preto, utilizados pela Companhia para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão, no Contrato Global ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando

JUL 29 1979

recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

LDC-SEV Bioenergia S.A.
Fazenda Santa Elisa
Rodovia Armando de Salles Oliveira, Km 346,3
14176-500 Sertãozinho, SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima 1.355, 11º andar, São Paulo, SP
01452-919 São Paulo, SP
At.: Diretor Financeiro e Departamento Jurídico
Telefone: (11) 3638-6700

II. para as Fiadoras:

Usina Continental S.A.
Fazenda Continental, Gleba A, na Rodovia Brigadeiro Faria Lima,
KM 458.5
14795-000 Colômbia, SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima 1.355, 11º andar
01452-919 São Paulo, SP
At.: Diretor Financeiro e Departamento Jurídico
Telefone: (11) 3039-6700

LDC Bioenergia S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima 1355, 11º andar
01452-919 São Paulo, SP
At.: Diretor Financeiro e Departamento Jurídico
Telefone: (11) 3039-6700

III. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4.200, Bloco 04, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Ferreira/Sra. Nathalia Machado
Telefone: (21) 3385-4565



JUCESP

IV. para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A. JUCESP
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira 707, 10º andar
Lado Laranja – Torre Eudoro Villela
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910

V. para o Agente Escriturador:

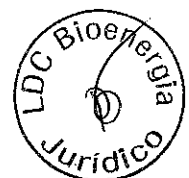
Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira 707, 10º andar
Lado Laranja – Torre Eudoro Villela
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1905

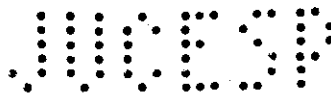
7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

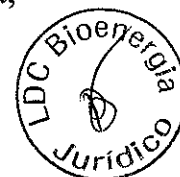
I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) cópia de seus demonstrativos financeiros consolidados e seus demonstrativos financeiros não consolidados, conforme aplicável, da Companhia e das Fiadoras, (i) trimestrais (com revisão limitada dos auditores independentes, semestralmente) assim que disponíveis, mas em qualquer caso em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos contados do término do respectivo trimestre fiscal; e (b) anuais auditadas assim que disponíveis, mas em qualquer caso em prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias corridos contados do término do respectivo exercício fiscal;
- (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive todas as informações, incluindo informações financeiras e atos societários, necessários para a elaboração do relatório anual dos Debenturistas que será preparado pelo Agente Fiduciário, conforme disposto na Cláusula 8.4 abaixo, inciso XVI;





- (c) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Companhia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, (ii) se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (d) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o conhecimento, pela Companhia e/ou por qualquer das Fiadoras, de notificação de qualquer evento ou desdobramento, incluindo procedimentos administrativo, judicial ou arbitral que envolva ou afete a Companhia, quaisquer das Fiadoras ou quaisquer das respectivas Afiliadas e (a) que afete a capacidade da Companhia e/ou das Fiadoras de cumprir com suas obrigações previstas no Contrato Global ou nos Contratos Financeiros ou (b) relativo a quaisquer dos Contratos Financeiros ou Contrato Global;
 - (e) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que tiver conhecimento do descumprimento, descrevendo os detalhes de tal descumprimento e as ações adotadas ou a serem adotadas em relação a tal descumprimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1, inciso VI abaixo; e
 - (f) todos os demais documentos e informações que a Companhia, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - III. disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
 - IV. manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - V. convocar, nos termos da Cláusula 9, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a Oferta, caso o Agente Fiduciário não o faça;

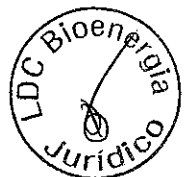


JUDICIAL

- VI. informar o Agente Fiduciário imediatamente (e em qualquer caso no prazo não inferior a 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do evento) sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 6.21 desta Escritura de Emissão;
- VII. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, caso aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VIII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- IX. manter sempre válidas, eficazes e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- X. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação no mercado secundário;
- XI. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- XII. aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4 acima;
- XIII. notificar, imediatamente (e em qualquer caso no prazo não inferior a 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do evento) o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia; e
- XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

7.2 Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Companhia obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;



- III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente à instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.3 Adicionalmente, a Companhia e as Fiadoras obrigam-se a cumprir as demais obrigações e observar os termos e condições previstos no Contrato Global e nos demais Documentos da Reestruturação, incluindo as obrigações previstas no Anexo 6.15.2.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28/83"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;

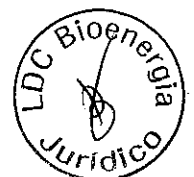
JUCESP

- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28/83;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, seus Anexos, as Garantias e todos os seus termos e condições;
- VII. verificará a devida constituição das Garantias, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias, nos termos do Contrato Global, conforme aplicável;
- VIII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XI. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição

[Handwritten signature]



JUCESP

substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuá-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, sendo que referidos instrumentos deverão ser arquivados ou registrados, conforme o caso, nos órgãos competentes;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso III acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso III acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

J.



110537
110537

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração (i) de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes; (ii) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (iii) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. Em caso de inadimplemento financeiro pela Companhia, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Companhia, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Companhia e/ou debenturistas e assembléias gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.
- II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
 - (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;

J.



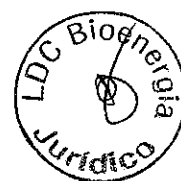
- (c) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis;
 - (d) arquivamento, inscrição ou registro de atos societários da Companhia e/ou das Fiadoras, desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, dos Contratos de Garantia e outros documentos no âmbito da Oferta, caso a Companhia não os promova nos prazos aqui previstos;
 - (e) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos por regulamentos aplicáveis; e
 - (f) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.
- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere os incisos I e II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção dos créditos dos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação;

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento; e
- V. receberá dos Debenturistas (na proporção de seus créditos), imediatamente após o arbitramento da sucumbência pelo juízo competente e antes da data estipulada para pagamento da sucumbência,, o montante equivalente ao valor da sucumbência.

8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

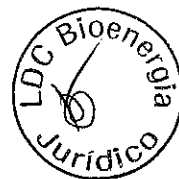
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça no prazo aqui previsto, a inscrição desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade das Garantias, observando a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- X. intimar a Companhia a reforçar as Garantias, nos termos do Contrato Global, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

[Handwritten signature]



- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores civis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIII. convocar, conforme previsto na Cláusula 9.2 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e, conforme aplicável, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIV. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, por parte da Companhia, na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

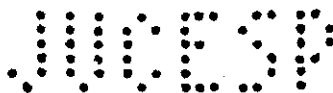
l.



JUCESP

- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, no Contrato Global e nos Contratos de Garantia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
 - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - e
 - (k) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das garantias constituídas no âmbito da Oferta;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima até 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social da Companhia ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na sede do Coordenador Líder e na CVM;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos



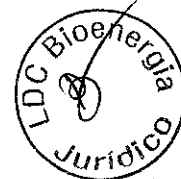


Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

- XXII. acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.21 acima e informar imediatamente aos Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- XXIII. manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP, sempre que solicitado;
- XXIV. enviar ao Agente Local, desde que solicitado com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, em até 1 (um) Dia Útil antes da data de realização de qualquer assembleia de Credores Reestruturados, extrato comprovando o crédito de cada um dos Debenturistas;
- XXV. enviar aos Debenturistas comunicação informando a data de realização da assembleia de Credores Reestruturados, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização de referida assembleia); e
- XXVI. comparecer à assembleia de Credores Reestruturados, e tomar todas as providências necessárias a fim de implementar as deliberações tomadas aplicáveis às Debêntures.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto, observadas as condições desta Escritura de Emissão e do Contrato Global:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão e do Contrato Global, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures, nos termos do Contrato Global, dos Acordos entre Credores e dos Contratos de Garantias;
- III. requerer a falência da Companhia, se cabível;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e



J.

V. representar os Debenturistas em reunião dos Credores Reestruturados ou em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5 acima, incisos I, III e IV acima, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.5 acima, incisos II e V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.22 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações referentes a matérias que, nos termos do Contrato Global e dos Acordos entre Credores, não dependam de deliberação dos Credores da Dívida Alongada ou Credores da Conversão por se tratar de matérias exclusivamente relacionadas às Debêntures, deverão ser aprovadas em assembléia geral de Debenturistas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das

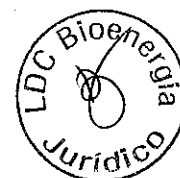
JUCEB

Debêntures em circulação, exceto pelos quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão.

- 9.6.1 As matérias que, nos termos do Contrato Global e dos Acordos entre Credores dependa de deliberação dos Credores da Dívida Alongada ou Credores da Conversão deverão ser aprovadas nos termos do Contrato Global e dos Acordos entre Credores, devendo o Agente Fiduciário e cada um dos Debenturistas comparecerem nas reuniões de Credores Reestruturados convocadas nos termos do Contrato Global e dos Acordos entre Credores, sendo que, em tais casos, os votos dos Debenturistas serão proferidos individualmente por cada um dos titulares de Debêntures.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

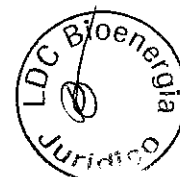
- 10.1 A Companhia e as Fiadoras, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão, declaram e garantem, nesta data, que:
- I. são sociedades devidamente constituídas, validamente existentes e em situação regular de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
 - II. possuem todos os poderes e autorizações para celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia, cumprir com as obrigações ora assumidas e consumir as operações contempladas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias. A assinatura e a formalização desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias pela Companhia e pelas Fiadoras e o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias estão devidamente autorizados por todos os atos de

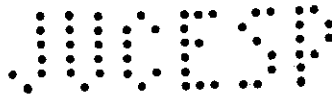


JUDICIAL

terceiros necessários, incluindo societários, quando aplicável. Nenhuma outra medida ou ato é necessário para autorizar a assinatura, a formalização e o cumprimento desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias pela Companhia e pelas Fiadoras;

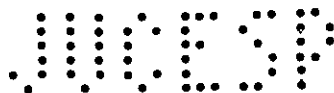
- III. esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante da Companhia e das Fiadoras, exequíveis de acordo com seus termos;
- IV. nem a assinatura e a formalização desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia pela Companhia e pelas Fiadoras, nem o cumprimento pela Companhia e pelas Fiadoras de todas e quaisquer das suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, nem a implementação da Oferta e das demais operações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias: (i) violam ou conflitam com qualquer disposição do estatuto social da Companhia ou das Fiadoras; (ii) violam, infringem, conflitam com ou resultam em infração ou rescisão de, nem de outra forma dão a qualquer outra parte contratante direitos ou compensação adicional por força de, ou direito de rescindir, nem constituem inadimplemento nos termos de, qualquer contrato do qual a Companhia e/ou as Fiadoras sejam partes, ou ao qual a Companhia e as Fiadoras ou qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados, exceto por aquelas que não afetem a capacidade da Companhia e das Fiadoras em cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias; (iii) violam ou conflitam com qualquer estatuto, portaria, lei, regra, regulamento, licença ou permissão, sentença ou ordem de qualquer juízo ou outra autoridade governamental ou reguladora à qual a Companhia, as Fiadoras ou qualquer de seus bens estejam sujeitos; ou (iv) dependem de qualquer consentimento, aprovação ou autorização de, notificação a, ou arquivamento ou registro junto a, qualquer pessoa, entidade, juízo ou autoridade governamental ou reguladora, exceto por aqueles necessários à constituição das Garantias Adicionais que deverão ser obtidos nos prazos e condições aqui previstos;



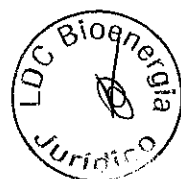


- V. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos ~~órgãos governamentais, autarquias ou tribunais,~~ que lhes sejam aplicáveis, exceto por eventuais descumprimentos que não afetem a capacidade da Companhia, de qualquer das Subsidiárias e/ou de qualquer das Fiadoras de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato Global e nos Contratos Financeiros, ou ainda, de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia, conforme previstas no Contrato Global;
- VI. estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles que não afetem a capacidade da Companhia, de qualquer das Subsidiárias e/ou de qualquer das Fiadoras de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nestas Escritura de Emissão, no Contrato Global e nos Contratos Financeiros, ou ainda, de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia previstas no Contrato Global;
- VII. não há nenhuma ação, processo ou procedimento pendente ou, até onde fosse do conhecimento da Companhia e das Fiadoras, iminente, contra ou que afetasse a Companhia, qualquer das Fiadoras ou qualquer das Subsidiárias perante qualquer tribunal ou órgão arbitral ou qualquer Autoridade Governamental que (i) caso venha a ser decidido de forma adversa à Companhia e/ou às Fiadoras, conforme o caso, afete a capacidade da Companhia, das Subsidiárias e/ou das Fiadoras de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nestas Escritura de Emissão, no Contrato Global e nos Contratos Financeiros, ou ainda, de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia previstas no Contrato Global; ou (ii) de qualquer modo questione a validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, do Contrato Global ou dos Contratos Financeiros;
- VIII. têm, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das respectivas atividades, exceto por aquelas que não afetem a capacidade da Companhia, Subsidiárias e/ou Fiadoras de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas nestas Escritura de Emissão, no Contrato Global e nos Contratos Financeiros, ou ainda, de resgate de ações de emissão da LDC Bio ou da Companhia previstas no Contrato Global
- IX. todas as declarações e garantias prestadas pela Companhia e pelas Fiadoras são, nesta data e na Data de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos; e





- X. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476/76, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- 10.2 Exceção feita às declarações e garantias prestadas no Contrato Global, nos Contratos de Garantias e na presente Escritura de Emissão, a Companhia e as Fiadoras não prestam qualquer outra declaração e garantia, expressa ou implícita.
- 10.3 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário e seus diretores, executivos, agentes e empregados por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário e seus diretores, executivos, agentes e empregados em razão (i) da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima, conforme apurados em sentença transitada em julgado; e (ii) do descumprimento, pela Companhia, de prestar ao Agente Fiduciário as informações a que se refere a Cláusula 7.1 acima, inciso I, alínea (a), desde que não tenha havido culpa ou dolo por parte do Agente Fiduciário, arbitradas em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.
- 10.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente (e em qualquer caso no prazo não inferior a 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do evento) o Agente Fiduciário caso tome ciência da inveracidade ou incorreção de que quaisquer das declarações prestadas nesta data.
11. DESPESAS
- 11.1 Observado o disposto na Cláusula 8.3 acima, inciso II, correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Agente Escriturador e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.
- 11.2 Sem prejuízo ao previsto acima, e observado o disposto na Cláusula 8.3 acima, inciso II, a Companhia ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que devidamente comprovadas.



JUDICIAL
DE 09/11

- 11.3 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Companhia.

12. RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato Global.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Os termos utilizados nesta Escritura de Emissão que não estiverem aqui definidos ou definidos no Anexo A à presente têm o significado que lhes foi atribuído no Contrato Global.
- 14.2 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.3 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão,



JUCESP

de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 14.4 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Companhia, para se basear nas suas decisões.
- 14.5 Com exceção do disposto na Cláusula 15 abaixo e no item 1.11 do Anexo 6.15.2, em caso de conflito ou divergência entre os termos e condições da presente Escritura de Emissão e aqueles previstos no Contrato Global (incluindo seus anexos), prevalecerão as disposições do Contrato Global (incluindo seus anexos).

15. FORO

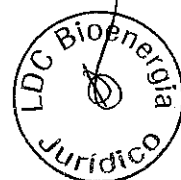
- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 14 de julho de 2011.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



JUCESP

Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A., celebrada em 14 de julho de 2011 entre LDC-SEV Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., LDC Bioenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/5.

LDC-SEV BIOENERGIA S.A.

Nome:

Cargo:

Pablo Francisco Gimenez Machado
CPF: 271.385.948-44

Nome:

Cargo:

Maurício Hardman
CPF 033.928.314-92

J.

JUL 2011

Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A., celebrada em 14 de julho de 2011 entre LDC-SEV Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., LDC Bioenergia S.A. e Penágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/5

USINA CONTINENTAL S.A.

Nome:

Cargo:

Pablo Francisco Gimenez Machado
CPF: 271.385.948-44

Nome:

Cargo:

Maurício Hardman
CPF 033.928.314-92

P.

JUL 14 2011

Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A., celebrada em 14 de julho de 2011 entre LDC-SEV Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., LDC Bioenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/5.

LDC BIOENERGIA S.A.

Nome:

Cargo:

Pablo Francisco Gimenez Machado
CPF: 271.385.948-44

Nome:

Cargo:

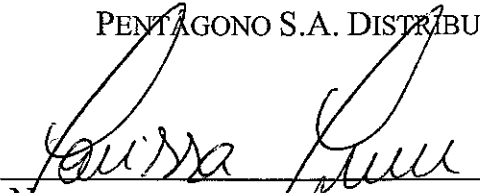
Maurício Hardman
CPF 033.928.314-92

f.

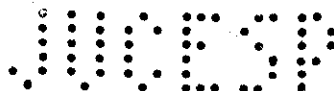
JUL 14 2011

Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A., celebrada em 14 de julho de 2011 entre LDC-SEV Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., LDC Bioenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 4/5.

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Larissa Lunin**
Cargo: **CPF: 122.654 047-30**
Procuradora




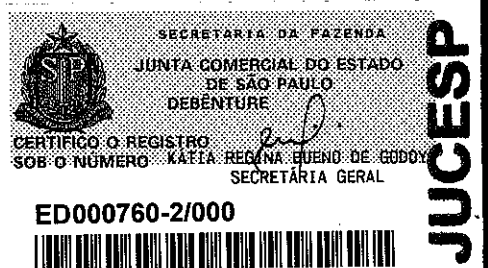


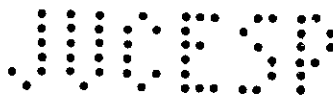
Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A., celebrada em 14 de julho de 2011 entre LDC-SEV Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., LDC Bioenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 5/5.

Testemunhas:


Nome: Cassia de Oliveira
Id.: RG 45.155.121-7 SSP/SP
CPF: CPF/MF 342.086.718-23


Nome: Mariana Scarabelli dos Santos Cardoso
Id.: RG: 29.260.077-X SSP/SP
CPF: CPF/MF: 322.170.858-08

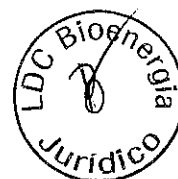




ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS
DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LDC-SEV BIOENERGIA S.A.

ANEXO A
DEFINIÇÕES

1. Para os fins desta Escritura de Emissão, os termos definidos abaixo têm o seguinte significado:
 - 1.1 "Acordo de Acionistas SEV" significa o Acordo de Acionistas da SEV a ser celebrado nos termos dos Documentos da Associação LDC;
 - 1.2 "Ativos de Resgate" significa (i) os imóveis rurais de propriedade da Companhia listados no Anexo 6.1(i) do Contrato Global; e (ii) a participação acionária detida pela Companhia na Tropical Bioenergia S.A.; (b) a participação acionária detida pela LDC-SEV na Companhia Nacional de Açúcar e Alcool; e (c) a participação acionária detida indiretamente pela Companhia na Santa Vitória Açúcar e Alcool S.A., por intermédio de sua participação direta na CSPar;
 - 1.3 "Caixa" significa disponibilidades de determinada Pessoa, incluindo aplicações financeiras de curto prazo e de liquidez imediata (incluindo títulos públicos), livres de qualquer Gravame;
 - 1.4 "Caixa Mínimo" significa o montante de Caixa equivalente a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) corrigido anualmente a partir da Data de Fechamento pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA");
 - 1.5 "Capex Discrecionário" significa o conjunto de despesas de capital para investimento não abrangidas na definição de Capex Obrigatório;
 - 1.6 "Capex Obrigatório" significa o conjunto de despesas de capital para (i) investimento em ativos industriais e agrícolas, incluindo cana própria e de terceiros, necessários para manutenção da plena capacidade de produção agrícola, industrial, incluindo produção de energia elétrica, e de moagem da LDC-SEV e de suas Subsidiárias, com base no valor de produção e moagem das safras 2010 e 2011 e preservado o *mix* de cana própria e de terceiros consistente com o de safras passadas, (ii) investimentos para a adequação e manutenção das atividades da LDC-SEV e de suas Subsidiárias à legislação



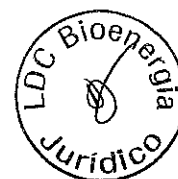
em vigor, e (iii) investimentos razoáveis e necessários para integração da LDC Bio, da SEV e de suas Subsidiárias, incluindo integração de sistemas;

- 1.7 "Capital de Giro" significa (i) o valor do estoque, mais (ii) o valor dos Recebíveis, menos (iii) o valor das contas a pagar, menos (iv) o valor das obrigações relacionadas a salários e encargos sociais, menos (v) o valor das obrigações fiscais líquidas dos créditos tributários, inclusive aqueles de ICMS, PIS e COFINS, que possam ser contra estas compensados no curso regular dos negócios, excluindo-se os créditos advindos de despesas de capital que excedam o Capex Obrigatório;
- 1.8 "Contrato de Associação" significa o "Contrato de Associação, Subscrição de Ações e Outras Avenças", conforme aditado em (i) 28 de agosto de 2009 por meio da celebração do Primeiro Aditamento e Consolidação do Contrato de Associação, Subscrição de Ações e Outras Avenças e (ii) 23 de setembro de 2009 por meio da celebração do Segundo Aditamento e Consolidação do Contrato de Associação, Subscrição de Ações e Outras Avenças;
- 1.9 "Contratos Financeiros" significa os contratos financeiros da Companhia que (i) estarão sujeitos à conversão; (ii) estarão sujeitos a aditamentos; e (iii) serão substituídos por novos instrumentos de dívida;
- 1.10 "Conversão" significa a conversão de parte da Dívida Reestruturada equivalente a R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de Reais) em Ações Preferenciais SEV e Ações Preferenciais Sev-Bio, de acordo com o previsto no Contrato Global;
- 1.11 "Credores Reestruturados" significa os Debenturistas e os demais credores que aderiram ao Contrato Global, por meio da celebração de termos de adesão;
- 1.12 "Credores da Dívida Alongada" significa os Credores Reestruturados que, em 26 de outubro de 2009, forem credores de Dívida Alongada, incluindo os Credores da Conversão que não tiverem convertido a totalidade da Dívida Reestruturada de sua titularidade em 26 de outubro de 2009;
- 1.13 "Credores da Conversão" significa os Credores Reestruturados que, na Data do Fechamento, realizaram a Conversão;
- 1.14 "Data de Apuração do Primeiro Período" significa, para cada um dos anos de 2012, 2013 e 2014, a data que corresponder ao 90º (nonagésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social imediatamente anterior, ou ao 120º (centésimo vigésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social imediatamente anterior caso o Acordo de Acionistas SEV seja alterado para incluir tal prazo;



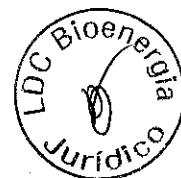
2

- 1.15 "Data de Apuração do Segundo Período" significa a data que corresponder ao 90º (nonagésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social de 2014, ou ao 120º (centésimo vigésimo) dia posterior à data de encerramento de tal Exercício Social caso o Acordo de Acionistas SEV seja alterado para incluir tal prazo;
- 1.16 "Data de Apuração do Terceiro Período" significa, para cada um dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e nos anos posteriores em que haja Opções de Venda SEV exercidas pelos respectivos beneficiárias e ainda não pagas pela SEV, a data que corresponder ao 90º (nonagésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social imediatamente anterior, ou ao 120º (centésimo vigésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social imediatamente anterior caso o Acordo de Acionistas SEV seja alterado para incluir tal prazo;
- 1.17 "Data de Apuração do Quarto Período" significa a data que corresponder, em cada ano, o 90º (nonagésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social de cada um dos anos subseqüentes à última Data de Apuração do Terceiro Período, ou ao 120º (centésimo vigésimo) dia posterior à data de encerramento do Exercício Social imediatamente anterior caso o Acordo de Acionistas SEV seja alterado para incluir tal prazo;
- 1.18 "Data de Fechamento" significa 26 de outubro de 2009;
- 1.19 "Datas de Apuração" significa cada uma das (i) Data de Apuração do Primeiro Período; (ii) Data de Apuração do Segundo Período; (iii) Data de Apuração do Terceiro Período; e (iv) Data de Apuração do Quarto Período.
- 1.20 "Dia Útil" significa qualquer dia que não um Sábado, Domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Brasil;
- 1.21 "Dívida" significa, em relação a determinada Pessoa, todos os itens indicados a seguir, sem duplicidade e conforme refletidos nas respectivas demonstrações financeiras: (i) empréstimos contraídos ou outra dívida financeira lançada como endividamento no balanço patrimonial dessa Pessoa; (ii) obrigações de pagamento parcelado para o preço de aquisição de negócios, bens de capital ou serviços relacionados a investimentos em bens de capital, excluídas as contas a fornecedores ou despesas a pagar no curso normal dos negócios; (iii) garantias por dívidas de terceiros ou Gravames constituídos sobre os bens de tal Pessoa; e (iv) quaisquer tributos parcelados;
- 1.22 "Dívida Alongada" significa a diferença entre (i) a Dívida Reestruturada e (ii) a Dívida Convertida;



[Handwritten signature]

- 1.23 "Dívida Convertida" significa o montante de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) convertido em ações preferenciais de emissão da Companhia e da LDC-SEV;
- 1.24 "Dívida Sujeita à Reestruturação" significa as dívidas no montante de R\$2.467.589.888,75 (dois bilhões quatrocentos e sessenta e sete milhões quinhentos e oitenta e nove mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos) em 30 de junho de 2009, conforme descritas e identificadas no Anexo 2.1 ao Contrato Global;
- 1.25 "Documentos da Associação LDC" significa o (i) Contrato de Associação; e (ii) Acordo de Acionistas da SEV, foi celebrado na Data de Fechamento entre NL Participations Holding 2 B.V., NL Participations Holding 4 B.V., Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A., Santa Elisa Participações S.A., Luiz Lacerda Biagi, Délia Carina Biagi, Rogério Biagi, Cristiano Biagi, Giordano Biagi, André Biagi, Edilah Maria Lacerda Biagi, Alexandre Lacerda Biagi, Beatriz Biagi Becker, Frederico Biagi Becker, Marcos Biagi Americano, Rodolfo Biagi Becker, Vinícius Biagi Antonelli, Walter Biagi Becker, Olívia Junqueira Franco, Celso Torquato Junqueira Franco, Cícero Torquato Junqueira Franco, Lúcia Junqueira Franco Toledo, Cícero Junqueira Franco e GS Power Holdings, LLC.
- 1.26 "Documentos da Reestruturação" significa o Contrato Global, esta Escritura de Emissão, os contratos de Garantias, os Contratos Financeiros e os demais documentos relacionados à Reestruturação;
- 1.27 "EBITDA" significa os lucros dos últimos 12 (doze) meses de uma Pessoa antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das receitas e despesas financeiras (com exceção dos resultados das operações de *hedge* de mercadorias e de câmbio que se refiram a operações puramente comerciais definidas no relatório de auditoria), da depreciação e amortização (incluindo de amortização de ágio), ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico realizados e não realizados;
- 1.28 "Exercício Social" significa o exercício social com encerramento em 31 de março de cada ano;
- 1.29 "Gravame" significa em relação a qualquer ativo, todo e qualquer (i) gravame, hipoteca, penhor, penhora, ônus, outorga de garantia, usufruto, alienação fiduciária ou direito de garantia ou de preferência que tenha o efeito na prática de constituir preferência de pagamento sobre outros credores, direito de garantia ou garantia flutuante nos termos de Lei aplicável em relação a qualquer ativo, ou (ii) servidão, direito de passagem, restrição e qualquer outro gravame resultante de restrição de zoneamento ou de uso do bem ou dos ativos ou decorrente de licença;



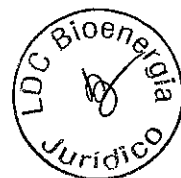
- 1.30 "Liquidez Corrente" significa a divisão de ativo circulante (somado à 30% do valor do ativo biológico apurado na mesma data) pelo passivo circulante;
- 1.31 "Oferta Inicial" significa uma oferta pública inicial de ações, realizada pela SEV com base em um pedido de registro aprovado pela *Securities and Exchange Commission* nos termos da *Securities Act* e/ou com base em registro sob a Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, desde que tal oferta, cumulativamente, (i) resulte na listagem de tais Ações na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE, na NASDAQ, e/ou no Novo Mercado, (ii) seja coordenada por pelo menos uma instituição financeira de primeira linha, (iii) o valor bruto da oferta primária (antes dos descontos e comissões de *underwriting*) seja equivalente em Reais a, no mínimo, US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), calculado com base na cotação média da PTAX-800, Opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, para a data imediatamente anterior à liquidação da oferta, e (iv) resulte em um percentual de ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e votante da LDC-SEV em circulação após a oferta;
- 1.32 "Opção de Venda SEV" significa (i) a opção de venda de até a totalidade das Ações Preferenciais SEV e/ou Ações Ordinárias SEV, a ser realizada entre o 6º (sexto) e o 9º (nono) ano após a Data de Fechamento, outorgada pela LDC-SEV a cada um dos Credores da Conversão, em conjunto com a (ii) opção de venda contra a LDC-SEV prevista na Cláusula 11.1 do Acordo de Acionistas SEV;
- 1.33 "Pessoa" significa qualquer pessoa física ou jurídica, sociedade em comandita por ações ou de responsabilidade limitada, associação, sociedade por ações, *trust*, sociedade sem personalidade jurídica, órgão governamental ou regulador e suas subdivisões, ou qualquer outra pessoa;
- 1.34 "Período de Carência de Principal" significa o período de 4 (quatro) anos contados a partir de 10 de julho de 2009;
- 1.35 "Recursos Disponíveis do Primeiro Período" significa 100% (cem por cento) do valor maior que zero, apurado em cada Data de Apuração do Primeiro Período e com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da SEV do Exercício Social imediatamente anterior ao ano de cada Data de Apuração do Primeiro Período, resultante da (a) soma do EBITDA com o Caixa e do montante da eventual variação do Capital de Giro, com a subtração (i) dos Tributos incidentes sobre a renda pagos com caixa, (ii) do valor do Capex Discricionário (previamente aprovado por Credores Reestruturados representando, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) da Dívida Sujeita à Reestruturação, e efetivamente realizado), (iii) do valor do Capex Obrigatório, (iv) dos pagamentos do principal e dos juros da Dívida Alongada e das demais Dívidas, com exceção dos juros relacionados a Dívidas contraídas após a Data de Fechamento para financiar





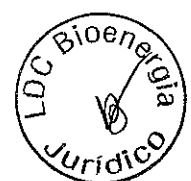
investimentos em ativos industriais e agrícolas não considerados como CAPEX Obrigatório, e (v) do Caixa Mínimo; menos (b) estes mesmos valores constantes de anexo a ser acordado entre os Credores Reestruturados signatários do Contrato Global e a LDC Bio ("Anexo Cenário Base"), o qual será parte integrante do Contrato Global. Para os fins do Contrato Global, serão considerados Credores Reestruturados signatários do Contrato Global os Credores Reestruturados que assinaram o Contrato Global em 24 de setembro de 2009;

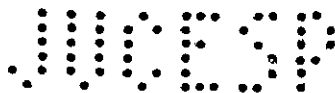
- 1.36 "Recursos Disponíveis do Segundo Período" significa 60% (sessenta por cento) do valor maior que zero, apurado na Data de Apuração do Segundo Período e com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da LDC-SEV do Exercício Social imediatamente anterior ao ano da Data de Apuração do Segundo Período, resultante da soma do EBITDA com o Caixa e do montante da eventual variação do Capital de Giro, com a subtração (i) dos Tributos incidentes sobre a renda pagos com caixa, (ii) do valor do Capex Discricionário (previamente aprovado por Credores Reestruturados representando, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) da Dívida Sujeita à Reestruturação, e efetivamente realizado), (iii) do valor do Capex Obrigatório, (iv) dos pagamentos do principal e dos juros da Dívida Alongada e das demais Dívidas, com exceção dos juros relacionados a Dívidas contraídas após a Data de Fechamento para financiar investimentos em ativos industriais e agrícolas não considerados como CAPEX Obrigatório, e (v) do Caixa Mínimo;
- 1.37 "Recursos Disponíveis do Terceiro Período" significa 75% (setenta e cinco por cento) do valor maior que zero, apurado em cada Data de Apuração do Terceiro Período e com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da LDC-SEV do Exercício Social imediatamente anterior ao ano de cada Data de Apuração do Terceiro Período, resultante da soma do EBITDA com o Caixa e do montante da eventual variação do Capital de Giro, com a subtração (i) dos Tributos incidentes sobre a renda pagos com caixa, (ii) do valor do Capex Discricionário (previamente aprovado por Credores Reestruturados representando, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) da Dívida Sujeita à Reestruturação, e efetivamente realizado), (iii) do valor do Capex Obrigatório, e (iv) dos pagamentos do principal e dos juros da Dívida Alongada e das demais Dívidas, com exceção dos juros relacionados a Dívidas contraídas após a Data de Fechamento para financiar investimentos em ativos industriais e agrícolas não considerados como CAPEX Obrigatório;
- 1.38 "Recursos Disponíveis do Quarto Período" significa 60% (sessenta por cento) do valor maior que zero, apurado em cada Data de Apuração do Quarto Período e com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da LDC-SEV do Exercício Social imediatamente anterior ao ano



de cada Data de Apuração do Quarto Período, resultante da soma do EBITDA com o Caixa e do montante da eventual variação do Capital de Giro, com a subtração (i) dos Tributos incidentes sobre a renda pagos com caixa, (ii) do valor do Capex Discricionário (previamente aprovado por Credores Reestruturados representando, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) da Dívida Sujeita à Reestruturação, e efetivamente realizado), (iii) do valor do Capex Obrigatório, (iv) dos pagamentos do principal e dos juros da Dívida Alongada e das demais Dívidas, com exceção dos juros relacionados a Dívidas contraídas após a Data de Fechamento para financiar investimentos em ativos industriais e agrícolas não considerados como CAPEX Obrigatório, e (v) do Caixa Mínimo;

- 1.39 "Recursos Disponíveis para Pagamento Antecipado Obrigatório" significa (i) 100% (cem por cento) dos Recursos Disponíveis do Primeiro Período; (ii) 100% (cem por cento) dos Recursos Disponíveis do Segundo Período; (iii) 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) dos Recursos Disponíveis do Terceiro Período menos o Caixa Mínimo de cada Exercício Social encerrado no referido período, mais qualquer saldo dos Recursos Disponíveis para Pagamento da Opção de Venda SEV após o pagamento das Opções de Venda SEV do respectivo período; e (iv) 100% (cem por cento) dos Recursos Disponíveis do Quarto Período;
- 1.40 "Recursos Disponíveis para Pagamento da Opção de Venda SEV" significa 66,67% (sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) dos Recursos Disponíveis do Terceiro Período;
- 1.41 "Recursos Líquidos" significa os recursos líquidos de Tributos, comissões e despesas razoáveis, usuais e devidamente comprovadas decorrentes da venda de cada um dos Ativos de Resgate;
- 1.42 "Subsidiária" ou "Subsidiárias" significa, em relação a qualquer Pessoa, qualquer sociedade ou outra organização em que tal Pessoa detenha, direta ou indiretamente, o controle sobre a contratação de Dívidas e a destinação do excesso de caixa;
- 1.43 "Tributos" significa quaisquer tributos, taxas, contribuições, encargos, tarifas, preços públicos ou lançamentos fiscais acessórios (incluindo juros, multas, penalidades, correção monetária e acréscimos impostos com respeito a esses) impostos por ou a serem pagos a qualquer autoridade governamental ou outra autoridade fiscal, seja federal, estadual, municipal ou de outra forma, incluindo, sem limitação, impostos sobre a renda, retidos na fonte, sobre circulação, *ad valorem*, sobre valor agregado, de previdência social, sobre contribuições sociais, folha de pagamento, operações financeiras, bens móveis ou imóveis, licença de transferência, vendas, uso, relacionados ao FGTS e ao INSS, prestação de serviços e outros impostos de qualquer tipo ou natureza.

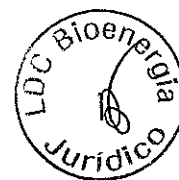




ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS
DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LDC-SEV BIOENERGIA S.A.

ANEXO 6.10.10.1(i)

HIPOTECAS

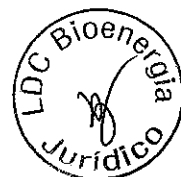


[Handwritten signature]

IMÓVEIS - CREDORES DA CONVERSÃO

Nome do imóvel	Área (Ha)	Matrícula	Cartório	Status	Garantia a Ser Dada
Unidade Santa Elisa					
São Geraldo - Setor Industrial (Parque Industrial Antiga São Geraldo)	35,5839	3.275	Sertãozinho	Livre	1º grau de hipoteca
Fazenda Perdizes	2.809,95	47.730	Barretos	Livre	1º grau de hipoteca
	302,9512	47.732			
Fazenda Stella Maris	3,0492	7.926	Cajuru	Livre	1º grau de hipoteca
Sítio Ramal do Cajuru (ex-Modesta)	16,0490	780	Cajuru	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹
Fazenda Capão Bonito Cachoeira (ex-Cachoeira)	192,5588	8.965	Cajuru	Livre	1º grau de hipoteca-
Fazenda Amália (ex-Parasita ou Pau D'Alho)	59,88	8.625	São Simão	Livre	1º grau de hipoteca
Fazenda Ponte Funda (ex-Parasita)	227,48	826	São Simão	Livre	1º grau de hipoteca

¹ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curação N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.



[Handwritten signature]

Nome do imóvel	Área (Ha)	Matrícula	Cartório	Status	Garantia a Ser Dada
Fazenda Santa Isabel II	31,5606	45.399	Barretos	Livre	1º grau de hipoteca
Fazenda Santa Isabel I	16,8394	45.397	Barretos	Livre	1º grau de hipoteca
Total de área	3.695,9021				
Unidade Vale do Rosário					
Fazenda Santo Antônio	101,1318	5.561	Miguelópolis	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ⁴³
Fazenda Santo Antônio	116,16	15.044	Inuverava	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ⁴⁵
	11,83	15.877			
	5,11	15.878			
	9,20	16.651			
Fazenda Sucuri	7,99	16.962	São Joaquim Barra	Livre	1º grau de hipoteca
Sítio Capão da Anta	19,36	908	Ipuã	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ⁶⁷
	40,40	12.425			
Sítio Santa Fé	9,0145	1.849	Morro Agudo	Livre	1º grau de hipoteca

² Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.

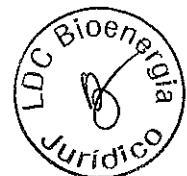
³ Atualmente, há registro de hipoteca em 1º grau para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para garantia de parcela decorrente de parcelamento de tributos federais, com vencimento em 31.03.2011.

⁴ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.

⁵ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de USD6MM, com vencimento no 1080º dia após o efetivo desembolso.

⁶ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.

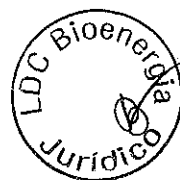
⁷ Atualmente, há registro de hipoteca em 1º grau para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para garantia de dívidas decorrentes de parcelamento de tributos federais, com vencimentos em, respectivamente, 30.06.2011 e 05.06.2011.



1

Nome do imóvel	Área (Ha)	Matrícula	Cartório	Status	Garantia a Ser Dada
Sítio São Marcos	62,92	8.836	Ipuã	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ⁸⁹
Sítio São Jorge	88,9955	926	Inuverava	Livre	1º grau de hipoteca
Sítio São Guilherme	46,3610	5.177	Miguelópolis	Livre	1º grau de hipoteca
Sítio São Pedro	108,90	5.053	Inuverava	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹⁰¹¹
Sítio São Sebastião	82,90	17.460	Morro Agudo	Livre	1º grau de hipoteca
Sítio Tatu	29,04	7.368	Inuverava	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹²¹³
Total de área	739,3128				
Unidade MB					
Fazenda Acaba Semana	126,1304	18.145	Morro Agudo	Livre	1º grau de hipoteca
Fazenda Ingoio - Seção Palhadão	178,40	8.225	Morro Agudo	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹⁴

⁸ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.
⁹ Atualmente, há registro de hipoteca em 1º grau para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para garantia de dívida decorrente de parcelamento de tributos federais, com vencimento em 30.06.2011.
¹⁰ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.
¹¹ Atualmente, há registros de hipoteca em 2º grau em favor do Rabobank Curaçao N.V., em garantia de operação no valor de USD6MM, com vencimento no 1080º dia após o efetivo desembolso.
¹² Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de linha de crédito no valor de UDS10MM, com vencimento em 30.06.2010.
¹³ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor do Rabobank Curaçao N.V., em garantia de operação no valor de USD6MM, com vencimento no 1080º dia após o efetivo desembolso.
¹⁴ Atualmente, há registro de hipoteca em 1º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., Banco Itaú BBA S.A. - Nassau Branch, ABN Amro Bank N.V., Banco Bradesco S.A. e UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., em garantia de operação de Pré-Pagamento de Exportação no valor de USD35MM, com vencimento em 31.01.2014.



[Handwritten signature]

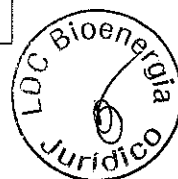
Nome do imóvel	Área (Ha)	Matrícula	Cartório	Status	Garantia a Ser Dada
Fazenda Ingoio - Secção Santaninha	113,0099	8.788			Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹⁵
	346,7252	18.694		Hipotecado	
	7,7384	18.693	Morro Agudo	Livre	
	189,2856	8.594			
Fazenda Sertãozinho	129,4650	8.595	Morro Agudo	Livre	1º grau de hipoteca
Total de área	1.090,7545				
Unidade Jardesf					
Sítio da Estação	44,8323	2.573	Nuporanga	Hipotecado	Hipoteca em grau subsequente à hipoteca existente, caso o ônus anterior não se refira à dívida sujeita à reestruturação nos termos do Contrato Global. ¹⁶
Total de área	44,8323				
Total Geral de Área (ha)	5.570,8017				

Imóveis atualmente dados em garantia ao Banco Votorantim S.A. individualmente, a serem desonerados e onerados em favor de todos os Credores da Conversão.

Nome do imóvel	Área (Ha)	Matrícula	Cartório
Fazenda Capela	66,0660	5.879	Miguelópolis
	38,9862	5.880	

¹⁵ Atualmente, há registro de hipoteca em 1º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., Banco Itaú BBA S.A. - Nassau Branch, ABN Amro Bank N.V., Banco Bradesco S.A. e UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., em garantia de operação de Pré-Pagamento de Exportação no valor de USD35MM, com vencimento em 31.01.2014.

¹⁶ Atualmente, há registro de hipoteca em 2º grau em favor de Rabobank Curaçao N.V., em garantia de obrigações no valor de USD10MM, cujo prazo não está especificado.



[Handwritten signature]

